

ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
PROAD 5295/2022

Data e horário: 24 de abr. de 2026 15:00 BRT

Local: VIRTUAL, via Google Meet



ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PARTICIPANTES			
Portarias GP.TRT4 nº 3.791/2022 e nº 6.801/2023			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Dr. João Paulo Lucena	Desembargador do Trabalho, Coordenador	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Cleusa Regina Halfen	Desembargadora do Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Dr. Edson Pecis Lerrer	Desembargador do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Neusa Líbera Lodi	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Raquel Nenê Santos	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dr. Max Carrion Brueckner	Juiz do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Luísa Rumi Steinbruch	Juíza do Trabalho, pela AMATRA IV	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Julieta Pinheiro Neta	Vice-Diretora do Foro Trabalhista de Porto Alegre	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sra. Enilda Souza de Andrade	Secretária-Geral da Presidência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sr. João Luiz Peixoto da Silva	Diretor da Secretaria de Segurança Institucional	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade de apoio executivo: Secretaria de Segurança Institucional

Secretário: João Alberto Prestes Baptista, Técnico Judiciário.



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PAUTA

A segunda reunião do ano de 2026 foi iniciada às 15h do dia 24 de abril de 2026, sendo aberta pelo **Desembargador Lucena**, que, após cumprimentar os presentes, passou a palavra ao **servidor Peixoto**.

Assunto 1, Atualização do Plano de Segurança Institucional (PSI).

O **servidor Peixoto** cumprimentou os presentes, e relatou que o PSI é uma exigência do CNJ, tem nível estratégico e periodicamente necessita de renovação, visando a atualização normativa, o alinhamento com diretrizes do CNJ e do CSJT, integração à governança institucional e aprimoramento da clareza e da execução das atividades de segurança. Destacou a integração com a metodologia de Gestão de Riscos (ISO 31000) e a padronização técnica do texto. Ressaltou que o PSI é a base estratégica, complementada pelos planos de segurança, pelo Manual de Procedimentos de Segurança e pelo Plano de Proteção e Assistência a Magistrados em Situação de Risco, que será pauta de reunião futura do Comitê para revisão. Propôs a disponibilização do documento a todos os membros, com possibilidade de sugestões e comentários, em trinta dias, com posterior análise para aprovação do PSI 2026. Os membros do Comitê concordaram. O **Desembargador Lucena** reforçou a importância do Plano de Segurança Institucional e que protocolos claros protegem a Instituição e limitam a responsabilidade jurídica do Tribunal.

Assunto 2, 5º Encontro Nacional de Segurança Institucional da Justiça do Trabalho.

O **Desembargador Lucena** detalhou o evento programado para os dias 28 e 29 de maio, no TRT4, em Porto Alegre, e incluirá palestras de representantes do STF, TST e CNJ, além de uma feira de materiais de segurança e visita institucional à empresa Taurus. Reiterou o convite à



participação a todos os membros do Comitê de Segurança. Trouxe à discussão a necessidade de inclusão de protocolos para atendimento de pessoas em surto, e o **servidor Peixoto** informou a necessidade de um protocolo novo, baseado em diretrizes recentes da Brigada Militar para evitar desfechos fatais, protocolo que será incluído nas reciclagens de nossos Agentes neste ano. Informou que o tema será abordado pelo subcomandante-geral da Brigada Militar no Encontro. O **servidor Peixoto**, ainda, destacou a importância e relevância do Manual de Procedimentos de Segurança, na página da Secretaria de Segurança Institucional, no portal Vox.

Assunto 3, Segurança de Magistradas e Capacitação.

A **Juíza Raquel** informou sobre sua participação em curso de capacitação no STF voltado para magistradas mulheres e policiais femininas e propôs a replicação desses conhecimentos internamente. O **Desembargador Lucena** trouxe dados do CNJ que indicam maior vulnerabilidade de magistradas, tanto na área trabalhista quanto de família. Sugeriu aos membros do Comitê que levassem novas propostas de treinamento nestas áreas à atual Diretora da Escola Judicial, Desembargadora Silvana.

Assunto Gerais.

O **servidor Peixoto** comentou a realização de curso, em março, de Condutas Preventivas e Defesa Pessoal para Mulheres, na Escola Judicial, com oficinas práticas e palestras com delegada diretora da Delegacia de Atendimento à Mulher e com ele próprio, e o curso teve muita procura, inclusive com fila de espera, o que proporcionará novas turmas no futuro. Os membros do Comitê comentaram sobre a importância destes treinamentos.

O **Desembargador Lucena** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 15h47min.



ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

1 - Aprovação do fluxo para análise do PSI: O Plano de Segurança Institucional v. 04/2026 será enviado por e-mail aos membros do Comitê, com prazo de 30 dias para manifestações.

2 - Deliberado o agendamento de reunião com a Direção da Escola Judicial para sugestão de cursos e treinamentos na área de segurança.



ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS			
TAREFA	RESPONSÁVEL	PRAZO	OBSERVAÇÕES
Avaliação e comentários sobre o Plano de Segurança Institucional v. 04/2026	Membros do Comitê	24/05/2026	
Reunião com a Direção da Escola Judicial para sugestão de treinamentos na área de segurança	Desembargador Lucena e servidor Peixoto	A definir	

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.